

SER PROFESSORA: MEMÓRIAS REFLEXIVAS SOBRE TRABALHO DOCENTE

Themis Karine Dutra Menegazzi ¹
Viviane Maciel Machado Maurenre ²

RESUMO

Estes escritos assumem uma postura de relato de experiência, com um ar de memorial reflexivo. Seu objetivo é produzir reflexões sobre meu próprio processo de ser docente, a partir de um olhar teórico que compreende o/a professor/a enquanto trabalhador/a. Para tanto, utilizo pesquisas de Álvaro Hypolito e Vitor Henrique Paro. Ao longo do texto, são trazidos elementos do trabalho docente relacionados com experiências e tensões vividas por mim enquanto docente, ao passo que são traçadas algumas problematizações com base nos textos teóricos. Aponto para o caráter contraditório que ser professor/a assume em uma sociedade de classes e para a necessidade de tensionamentos constantes acerca de nossa prática, de nós mesmos e das estruturas que nos cercam, na busca de um trabalho educativo humanizador.

Palavras-chave: Docência, Memorial, Trabalho.

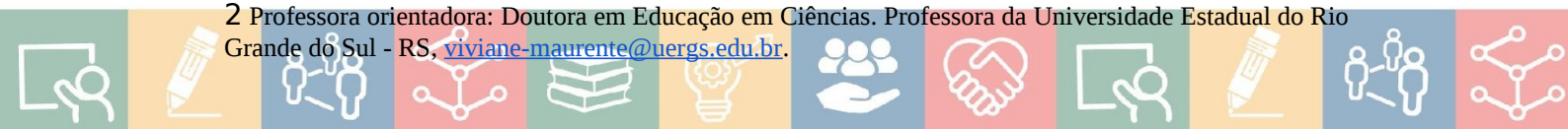
INTRODUÇÃO

Já escrevi memoriais de minha relação com a escola e a docência em diferentes momentos de minha vida. O primeiro deles foi ainda na graduação em Letras, no primeiro ano, na disciplina de Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação, em 2014. Outro memorial foi escrito na introdução da minha monografia de conclusão do curso de especialização em Gestão Educacional, no ano de 2019. Para a seleção do curso de mestrado em Educação e na produção da dissertação do mesmo curso, escrevi e atualizei outra vez um memorial, entre os anos de 2021 e 2022. O último que escrevi foi para a seleção do curso de doutorado em Educação, no ano de 2023.

Agora me encontro em 2025, escrevendo um memorial enquanto doutoranda, professora concursada de língua inglesa e língua portuguesa do município de Capão da Canoa, Rio Grande do Sul. Nesse exercício um tanto quanto metatextual, de buscar as memórias de meus memoriais, percebo que nossas narrativas acerca de nós mesmos, da nossa relação com o mundo e com o trabalho, vão mudando com o tempo. As lembranças típico

¹ Professora de Língua Inglesa e Língua Portuguesa. Doutoranda em Educação na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - RS, themis-menegazzi@uergs.edu.br ;

² Professora orientadora: Doutora em Educação em Ciências. Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - RS, viviane-maurenre@uergs.edu.br.



que ocupam as páginas de cada um dos textos diferem, assim como as relações que delas faço com minha realidade.

Por certo meu tempo de estudo no Colégio Militar de Santa Maria, algo central no meu primeiro memorial, segue produzindo sentidos em mim. Minha relação de distanciamento com a escola quando pré-adolescente também me aguça em alguns momentos. Assim como minhas lembranças de infância, da minha mãe professora, das minhas brincadeiras com bonecas, dos meus desejos enquanto aluna dos anos iniciais, me moldam de alguma forma.

Perceba o/a leitora/ que, neste último parágrafo, não trago minhas vivências de modo linear. Por que a memória não se efetiva assim, é mais como uma bricolagem de momentos, experiências, sensações, que nunca temos a real certeza do quanto nos guiam ou não no nosso modo de ser e agir no mundo. Fazemos um esforço de linearidade, de racionalização, que não deixa de ser apenas um desejo de construir uma narrativa, para nós mesmos, do que somos. Mas somos sujeitos fragmentados que anseiam por um modo de juntar nossos pedaços para nos compor. Um memorial tem um pouco disso e, por isso mesmo, cada memorial compõe as peças de um modo diferente.

Em momentos da minha breve trajetória de constituição como professora, meus desejos foram de desconstrução, de não categorização, de fluidez, de liberdade. Acredito que isso tenha relação com os modos como fui disciplinada ao longo da vida e do desejo de jovem de produzir uma compreensão outra, aberta e sem limites. Nessa época, me encantei com pesquisadores ditos pós-estruturalistas e também com o anarquismo. Pensava a educação, a mim mesma e a vida no que acreditava estar em alinhamento com essas teorias. Dado minha quase inexperiência científica, não tenho certeza se de fato as compreendia.

Devido a essa atitude de ser, tive fortes tensões quando entrei na educação básica enquanto professora concursada, então com 23 anos de idade, adicionando a isso o fato de estarmos mundialmente vivendo uma pandemia, a da Covid-19, que em muito transformou os cristalizados modos de se fazer educação. Inúmeros momentos de sofrimento, dúvidas, choros e dissabores vivi e, nesse processo, a realidade material do trabalho docente foi me direcionando para um outro desejo de compreensão do mundo. Foi quando me aproximei do materialismo histórico-dialético e reconheci aí, e também na análise de discurso materialista, teorias que me ajudavam a entender o que vivia.

A categoria trabalho foi assumindo papel central, de modo que minha pesquisa de mestrado foi sobre os sentidos do trabalho docente durante a pandemia. A docência enquanto trabalho, a identidade docente construída com e no processo de trabalho, é a posição que



assumo para este texto. Estes escritos assumem, portanto, uma postura de relato de experiência, com um ar de memorial reflexivo. Seu objetivo é produzir reflexões sobre minha docência, entendida como processo, a partir de um olhar teórico que compreende o/a professor/a enquanto trabalhador/a. Para tanto, utilizo obras de Álvaro Hypolito e Vitor Henrique Paro. Ao longo do texto, são trazidos elementos do trabalho docente e relacionados com experiências e tensões vividas por mim enquanto docente.

DISCUSSÕES

Professores/as são entendidos, na perspectiva aqui adotada, como trabalhadores/a da educação. Considerar o/a docente enquanto trabalhador/a implica reconhecer que, a despeito de todas as singularidades de seu trabalho, enquanto membro de uma sociedade capitalista, o/a professor/a vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário, seu meio de reprodução das suas condições de existência.

Diferentes são os discursos que descolam essa relação de trabalho da docência e a invocam como vocação, sacerdócio, próprias de quando professores/as eram como mestres profissionais liberais, não vinculados ao Estado. Quando começam a se constituir em um corpo profissional, assalariado, participante de um projeto de educação nacional, inicia-se uma contradição que ainda permeia a profissão. Nas palavras do Hypolito: “O Estado quer subtrair o/a professor/a ao controle de suas localidades, mas não deseja que ele/a perca aquelas características de dedicação, de empenho, de honra.” (2020, p. 35/36.).

Tal questão pode nos levar a pensar sobre a perda de controle, de autonomia do/da professor/a sobre seu próprio processo de trabalho e, ao mesmo tempo, pelo desejo que permanece de uma certa personalidade docente, com um certo entendimento moralizante desse sujeito. Em minha trajetória, esse aspecto tem me colocado em situações em que me vejo obrigada a negociar o que entendo como importante na minha prática e até mesmo como eu me posiciono em relação ao mundo.

O controle do nosso processo de trabalho, seja por documentos normativos, relatórios burocráticos, ou até mesmo a gestão da educação na rede de ensino e na escola, frequentemente nos impõe tempos, limites, diretrizes que não se alinham com o que entendo por educação. Não são raros os momentos em que sou chamada a manter os/as estudantes em sala e não em outros espaços da escola, a não trabalhar determinado texto ou assunto, de modo que muitas das vontades e intenções emancipatórias e críticas que constitui na minha formação foram se restringindo em tímidas ações, permeadas de medos e receios.



Além disso, o posicionamento moral de professores/as, especialmente de professoras, em uma relação ainda religiosa, materna, me faz, por vezes, tentar esconder a mim mesma. Sou uma mulher que, por opção, não se depila, não usa sutiã, possui tatuagens, piercings e gosta de usar roupas confortáveis. Em diferentes momentos, minhas roupas, o uso ou não de sutiã, foram questionados por gestores, em situações desconfortáveis, que me fizeram, com o tempo, ter receio e mudar meu próprio estilo pessoal. Com o tempo de docência, fui tirando alguns piercings e, em algumas situações, me percebo tentando esconder minhas tatuagens, como se de alguma forma elas descredibilizassem quem eu sou enquanto profissional. Minhas próprias redes sociais, algo que se situa fora do ambiente escolar, sofrem moderações devido a complicações que já tive por algumas postagens.

Com isso, fui percebendo que certos tipos de docência são autorizados e outros causam estranhamento, perseguição e impactam na compreensão de si como sujeito. As situações citadas no parágrafo anterior já dimensionam em alguma medida questões de gênero. Evidenciam uma visão da mulher embasada por séculos de influência religiosa como pura, virgem, dedicada ao cuidado, à família e ao lar. A mulher professora é a extensão desse lar, é a produção de um sujeito “mulher-professora-esposa-mãe-dona de casa” (HYPOLITO, 2020). Ainda que esse modelo se verifique na maior parte do corpo docente feminino e que produza diferentes opressões em cada um desses papéis assumidos, esse permanece o modelo desejado e a mulher que não está ou não planeja estar nesse arquétipo é colocada sob suspeita.

Em uma das situações em que fui apontada como uma pessoa subversiva demais para ser professora, a orientação do advogado do sindicato do magistério foi a de que justamente eu buscasse fotos, postagens, e construísse uma narrativa de que tenho um relacionamento heterossexual, monogâmico, que tenho fortes vínculos com minha família, e que infelizmente ainda não tenho filhos. Mas e se não fosse esse o caso? Uma professora mulher para ser respeitada enquanto docente, mais do que seus cursos de formação, mestrado que na época já possuía, precisa fazer parte desse teatro de sociedade?

Aliada à questão de gênero está a questão de classe. O próprio processo de feminização do magistério se deu em razão da saída dos homens da profissão em busca de cargos que tivessem melhores remunerações, assim como os históricos baixos salários do magistério inicialmente se justificavam por ser esta uma atividade secundária, de complemento de renda que a mulher teria para a família, substancialmente sustentada pelo homem. (HYPOLITO, 2020). Nesse sentido, Hypolito expõe a importância de compreender, na análise do trabalho docente, como ele é realizado, ou seja, sua organização, e quem o realizada.



Tendo em vista que em grande parte quem realiza o trabalho docente na educação básica são mulheres, elas e o próprio trabalho, em razão da sociedade patriarcal em que vivemos, estão mais suscetíveis a proletarização. No que se refere a sua posição enquanto classe, o autor (2020) evidencia que docentes se encontram em uma posição contraditória de classe. Isso se deve ao fato de o trabalho docente incorporar elementos do operariado e da classe média e compartilhar interesses, tanto da pequena burguesia quanto da classe trabalhadora.

Como elementos da classe média, professores/as teriam sua relativa autonomia e a sua impossibilidade de total substituição por máquinas. Enquanto proletários, teriam seu assalariamento e frequente modesto poder aquisitivo. Com isso, é concebido um processo de proletarização a constante perda de autonomia de que é vítima a profissão. Esse entendimento ambíguo e contraditório em si provoca reflexões, indignação e culpa em mim enquanto professora.

Ao passo que sei que vivo em um país dito subdesenvolvido, que ocupa determinada posição da divisão internacional do trabalho, e que o salário que ganho é mais do que a grande maioria dos brasileiros, não reconheço como sendo suficiente e justo. Moro de aluguel, em um apartamento pequeno e gostaria de ter um poder aquisitivo maior. Gostaria de poder trabalhar menos e ter mais tempo para estudar, fazer atividades que me dão prazer e estar com pessoas de quem gosto. Ao mesmo tempo, observo o contexto de meus alunos, o semblante sofrido de alguns familiares quando vão até a escola, os depoimentos tristes de sua realidade material e, nesses momentos, me sinto privilegiada pela posição que ocupo na sociedade. Acredito ser essa uma contradição inerente ao docente crítico em relação ao seu trabalho e consciente da sua posição em uma sociedade de classes.

Mas o trabalho docente não pode ser compreendido em uma perspectiva de classe apenas pela relação salarial. É preciso entender as próprias condições de realização desse tipo de trabalho. Todo processo de trabalho demanda certos elementos, são eles: objeto de trabalho, instrumento de trabalho (ambos constituem os chamados meios de produção) e a força de trabalho.

No que concerne ao trabalho docente, Paro (2018) identifica que o “produto da escola”, é o ser humano educado. Nesse caso, não temos um objeto de trabalho, mas um sujeito. É justamente aí que temos um dos pontos centrais da docência. O autor (2018) afirma que o/a educando/a é também um/a trabalhador/a, assim como o/a educador/a. O corpo discente também despende energia em uma atividade orientada para um fim: aprender.

Contudo, como Paro deixa nítido, o/a aluno/a só aprende se quiser. Não há como fazer esse



trabalho por ele/ela. E é aí que entra a relação pessoal/política do/da docente com seu trabalho.

O fato de que o aluno só aprende se quiser e de que, portanto, o professor precisa levá-lo a querer aprender exige que este, desde o início, se envolva pessoal e politicamente com seu objeto de trabalho, não podendo consistir num mero executor de tarefas, apenas para conseguir seu salário. (PARO, 2018, p.102).

Levar os/as estudantes a quererem aprender, a terem interesse nas atividades propostas é um desafio. Ainda mais se considerarmos a grande quantidade de estudantes, turmas, escolas, que somos levados a assumir pela nossa carga horária de trabalho, e grande variedade de interesses e situações de vida de cada educando/a. Soma-se a isso o pouco tempo disponível para planejamento, os embates burocráticos e administrativos, a falta de material e espaços adequados. É frustrante a falta de interesse em certas salas de aula, principalmente de pré-adolescentes. Ora, se o/a estudante só aprende se quiser e ele não quer aprender, nosso trabalho não se realiza e nesse sentido, não nos realizamos enquanto docentes.

Aí está em xeque mais uma das contradições da docência. Podemos e devemos incentivar o/a estudante, utilizar de metodologias diversificadas e afins, mas há um limite. Alguns estão em algum momento de sua vida em que não estão interessados na escola, evadem por motivos pessoais que não conseguimos entender. Sinto, aí, mais uma vez, o sentimento de culpa, e me questiono de até onde eu não fiz o bastante para que esse sujeito quisesse estar na aula comigo, que quisesse aprender, participar das nossas atividades, e até que ponto são coisas externas a mim que não consigo controlar.

De volta aos elementos de trabalho, Paro (2018) identifica que os instrumentos do trabalho docente são a escola e seus diferentes espaços, como salas de aula, ginásio, biblioteca, laboratório, seus materiais como livros, computadores, quadros, bolas, entre tantos outros que podemos citar. Já a força de trabalho diz respeito ao dispêndio de energia que o/a trabalhador/a emprega no processo de trabalho.

No que concerne aos instrumentos, é frequente a falta deles. Falta, inclusive, de coisas básicas como caneta para escrever no quadro. A falta de folhas, cartolinas para realização de trabalhos, limite de impressão e cópias que são, muitas vezes, insuficientes para as atividades propostas. Falta de transporte para atividades fora da sala de aula, falta de equipamentos eletrônicos disponíveis ou de qualidade, falta de espaços de sociabilidade adequados para o que se propõe.

Aliado à falta de muitos instrumentos, está a exploração máxima da força de trabalho, o que nos impele a ter uma carga horária excessiva em sala de aula. Nesse processo, é



angustiante saber que poderia fazer mais, que gostaria de fazer melhor e, ao mesmo tempo, não o fazer porque estou cansada, porque não é meu horário de trabalho e eu não deveria estar trabalhando. Nesse compromisso de querer uma educação de qualidade e não possuir condições de trabalho adequadas, acredito que muitos docentes levem o trabalho para casa, algo já naturalizado na profissão. Como compreender os limites entre uma vontade justa de tempo para si fora do trabalho e um compromisso social igualmente justo de educação de qualidade? A própria luta social em sindicatos, em greves, em participações em órgãos públicos, o posicionamento crítico nas escolas, exige disponibilidade. De tempo, de disposição para mais estresse, para ser visado em situações de perseguição.

São os diferentes aspectos aqui apontados que ajudam a compor o quadro complexo que se apresenta o trabalho docente. O trabalho em si está presente na história humana desde sempre e é somente por ele que mantemos nossa existência enquanto espécie e criamos formas de viver no mundo. Com isso, o trabalho tem uma característica ontológica de condição de existência dos seres humanos. Esse processo também tem uma característica dialética na qual os seres humanos, ao modificarem a natureza por meio do trabalho, também modificam a si mesmos, em um processo de humanização.

As contradições inerentes a ser docente em uma sociedade capitalista, com suas contradições próprias de um sistema de classes, produzem rupturas no processo de humanização por meio do trabalho. Algo que implica não só o/a professor/a, como também o/a estudante, tendo em vista o já anteriormente exposto de que aprender é também um processo de trabalho. Não podemos dizer que a característica ontológica do trabalho não se realiza totalmente, pois, como já mencionado, não há uma alienação total no processo de trabalho docente. Contudo, os mecanismos de controle que diminuem a autonomia e impedem a realização.

Quanto maior o grau de racionalização sobre o trabalho, quanto mais elevado o nível de determinação externa sobre o trabalho, maior sua *intensificação*, reduzindo-se o tempo dedicado para pensar, programar, planejar. (...) Evidencia-se, assim, uma cisão entre o/a trabalhador/a e os meios de trabalho; entre o/a trabalhador/a e o processo de trabalho. Ocorre a alienação do/a professor/a em relação aos fins da educação. (HYPOLITO, 2020, p. 103/104).

Percebo, então, o meu processo de ser professora como parcialmente humanizador e parcialmente alienante. Com efeito de fechamento deste texto, trago o questionamento exposto por Paro: “Como ser um bom educador, num ambiente em que tudo conspira contra o ato educativo e contra a cultura da autonomia e do crescimento pessoal e coletivo?” (2018, p. 132). Para mim, momentos de reflexão como este, a busca de formação continuada, a



pesquisa, a leitura, os encontros e trocas com os pares, são elementos que auxiliam a tomada de autonomia em relação ao meu próprio trabalho. São nesses momentos em que me sinto mais forte que as estruturas que me limitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gosto de parar e perceber minha trajetória de um modo histórico. Neste texto, no entanto, minhas memórias assumiram um recorte mais reflexivo, intimista e atual. São percepções que se perfazem a partir da trajetória histórica, mas embebidas em uma compreensão sociológica, com traços de uma busca de entendimento psicológico. Nesse vai e vem de tentar compreender a docência, algo que é sempre processo e por isso tão difícil de captar substancialmente, cada leitura, escrita, e exercício de reflexão é momento de auto-formação.

Aponto, com base no exposto, para o caráter contraditório que ser professor/a assume em uma sociedade de classes. Sendo a contradição um aspecto inerente ao próprio capitalismo, o trabalho docente não escapa de embates que, por vezes, podem parecer paradoxais, mas que nos constituem enquanto síntese de oposições. Enquanto trabalhadores/as que reconhecem as imposições das estruturas e almejam um trabalho que realize seu sentido ontológico, impera a necessidade de tensionamentos constantes acerca de nossa prática, de nós mesmos e das estruturas que nos cercam, na busca de um trabalho educativo efetivamente humanizador.

REFERÊNCIAS

HYPOLITO, A. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. São Leopoldo: Oikos, 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Professor: Artesão ou operário?** São Paulo: Cortez, 2018.

